

A memória social em disputa: os discursos empresariais jornalísticos em tempos de contrarreformas

Jéferson Silveira Dantas^I
Jeana Laura Da Cunha Santos^{II}

Resumo: O objeto deste artigo envolve, sobretudo, os recentes acontecimentos históricos no país a partir de um golpe de Estado, apoiado e orquestrado por grupos empresariais jornalísticos, significativa parcela do Congresso Nacional e o Poder Judiciário. Há indícios ou evidências de manipulação, seletividade e distorção das notícias por parte dos grupos empresariais jornalísticos diante dos atuais acontecimentos políticos, econômicos e sociais no Brasil, configurando-se em veículos estrategicamente especializados em disputar a memória social e desqualificar/criminalizar, sistematicamente, os movimentos populares. Assim, alicerçados em pesquisa bibliográfica e documental, intencionamos, por meio da perspectiva da *História do Tempo* empreender uma análise teórica que aponte os riscos do falseamento da realidade histórica e os seus efeitos para o processo formativo das gerações subsequentes.

Palavras-Chave: Memória social, História do tempo presente, grupos empresariais jornalísticos.

A social memory in dispute: the birthdays of times of counter-reforms

Abstract: The main purpose of this article is to discuss the recent historical events in the country as a result of a coup d'état, supported and orchestrated by journalistic business groups, a significant part of the National Congress and the Judiciary. There is evidence or evidence of manipulation, selectivity and distortion of news by journalistic business groups in the face of current political, economic and social events in Brazil, being configured in vehicles strategically specialized in contesting social memory and systematically disqualifying/criminalizing popular movements. Thus, based on bibliographical and documentary research, we intend, through the perspective of the History of Time, to undertake a theoretical analysis that points out the risks of the falsification of historical reality and its effects for the formative process of subsequent generations

Keywords: Social memory, History of present time, business journalistic groups.

Artigo recebido em 20/03/2018 e aprovado em 15/05/2018.

A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS

Considerações Iniciais

Vivencia-se atualmente no Brasil um momento histórico de intensa disputa pela *memória social*, disputa essa bastante tensionada e pautada pelos principais grupos empresariais jornalísticos, que exercem a função de verdadeiros “sujeitos coletivos” (partidos) nos termos gramscianos. Ora, se temos concordância de que houve recentemente no país um golpe de Estado, faz-se necessário compreender ainda que se colocou em

[...] movimento uma máquina de propaganda incontrastável sob o nome de imprensa, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado. [...]. A máquina de mídia dessas famílias [*Marinho, das Organizações Globo; Civita, da Abril/Veja; Frias, do grupo Folha; e Mesquita, do grupo Estado*] deixou de fazer jornalismo no termo da palavra – como atividade voltada ao registro e reflexão cotidianos sobre a realidade – para tornar-se uma máquina de propaganda partidária. Essa condição foi admitida e antecipada em 2010 por Maria Judith Brito, presidenta da Associação Nacional de Jornais (ANJ), em entrevista ao jornal *O Globo*. Na ocasião, a executiva do *Grupo Folha* afirmou textualmente que esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada^{III}.

De fato, as mídias tradicionais (com claras implicações de interesses de classe) têm assumido esse papel de “posição oposicionista”, retratando de forma desqualificadora as manifestações de cunho popular, criminalizando-as a partir de reducionismos analíticos, binarismos de coloração político-partidária e toda (des)ordem de sínteses aligeiradas e sem qualquer compromisso com a densidade documental que os fenômenos históricos exigem. Isso quando não adulteram ou forjam fatos, manipulam declarações de fontes, publicam entrevistas que não houve, disseminam erros de informação de outras mídias com bastante frequência e alcance.

O problema maior das notícias falsas, pelo impacto que causam, seja talvez hoje o da própria grande mídia, ao criar narrativas sem fatos, com fatos hipotéticos, com fontes que não existem, com alteração de dados e com angulação, em alguns casos, quase criminosa, se criminosa não for. A isso não é mais possível chamar de Jornalismo e em nome disso não dá mais para defender a ideia de que ela, mídia, é intocável e não pode responder por seus atos, em alguns casos efetivamente criminosos^{IV}.

É contra a formulação de tais narrativas e a “morte da memória” que se almeja aqui compreender como a memória social tem sido manipulada em favor de determinadas frações de classe, sintetizadas no discurso empresarial jornalístico, que por meio da argumentação, convencimento e produção de sentidos e ações, busca beneficiar interesses próprios. Assim, não por acaso, há determinados temas na mídia que “têm durabilidade maior, argumentação mais sistemática e profunda e são valorizados para se adequarem às teses político-morais da empresa jornalística, (...), utilizando-se da retórica e da sofisticada e se aproximando de uma perigosa *razão cínica* [grifos no original]^V.

Contra tais angulações manipulatórias, travestidas de fatos “reais” para se converterem em história, que o pesquisador atento precisa se debruçar. Nessa incursão, a perspectiva da *História do Tempo Presente* (HTP) parece adequada para salvaguardar a memória social que, a cada nova edição de um jornal tendencioso e/ou cínico, pode

A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS

estar ameaçada. Assim, segundo o historiador e antropólogo mexicano Gerardo Necochea Gracia^{VI},

[...]. Comprender las narraciones que provienen de la memoria requiere de nuestro conocimiento de ese tiempo intermedio, no solo por lo que toca a la vida personal de quien narra sino los cambios habidos en la sociedad de que es parte. Un aspecto que se destaca en particular concierne cómo en el presente ciertos sucesos pasados son valorados, lo cual en consecuencia moldea la forma en que son recordados.

É o que discutiremos mais adiante ao tratarmos da “disputa” pela memória social a partir da perspectiva da HTP.

A disputa pela memória social a partir da perspectiva da *História do Tempo Presente*

Se a HTP pressupõe uma História em que o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua^{VII}, nada mais emblemático do que se debruçar sobre um discurso que traz em si a marca do momento: o jornalístico.

Os recentes retrocessos históricos ocorridos no Brasil, que desencadearam uma contrarreforma no Ensino Médio por meio de uma Medida Provisória^{VIII}, por exemplo, com implicações curriculares calamitosas para a área das Ciências Humanas, sobretudo, além dos sistemáticos ataques à classe trabalhadora sintetizadas nas contrarreformas^{IX} trabalhista e previdenciária, evidenciam a necessidade de problematizarmos tal conjuntura histórica sob a ótica de uma *disputa pela memória social*. Tal disputa, em nosso entendimento, tem como interlocução singular os grupos empresariais jornalísticos, que numa espécie de ‘mantra’, reproduziram em seus veículos de comunicação *ad nauseam* o documento elaborado pelo Banco Mundial^X – *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* –, objetivando convencer a população sobre a necessidade de ajustes fiscais mais severos, além de um profundo e maquiavélico ataque aos serviços públicos e, conseqüentemente, aos seus servidores (“privilegiados”, segundo a pauta jornalística empresarial).

Ainda que possamos compreender e relativizar que o jornalismo não dê conta da multiplicidade dos fenômenos sociais e de sua devida contextualização histórica, tendo em vista a imediatividade de fatos e versões produzidas diariamente, importa-nos aqui defender o interesse público e a relevância social do jornalismo ou uma “ética do discurso jornalístico”^{XI}. Se o jornalismo dissemina memória e conhecimento e escolhe as suas pautas e a durabilidade das mesmas, princípios éticos são fundamentais na apuração e sistematização das notícias^{XII}. Assim,

[...]. A atualidade não situa só o presente, mas recupera o passado no desdobramento de novos fatos, descobertas, pesquisas e assim por diante. Isso acarreta uma escolha dentro da hierarquia noticiosa, mas, de qualquer forma, volta a envolver um julgamento de valor, que subsidia a decisão de publicar o fato ou não, em que página, com que destaque editorial e gráfico e em quantas linhas. Implica uma valoração de determinadas fontes, em detrimento de outras, e quais aspectos das declarações serão escolhidos^{XIII}.

Nessa direção, “o presente produz uma visão do passado”^{XIV}. Logo, como a perspectiva metodológica da História do Tempo Presente pode nos auxiliar na interpretação dos fenômenos históricos pautados e mediados pelos grupos empresariais

A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS

jornalísticos, especialmente nos últimos anos? Ora, se os grupos empresariais jornalísticos, sobretudo, têm estabelecido nos dias de hoje a pauta e/ou a agenda dos acontecimentos que consideram relevantes, os pesquisadores da HTP são desafiados a desconstruírem a aparência do que é noticiado. A HTP não lida apenas com a análise documental recente, mas com ‘depoimentos diretos’, vinculados à experiência singular e coletiva dos/as depoentes. Há aí uma ruptura com um passado histórico inerte e aparentemente incapaz de ser reinterpretado em função das problemáticas apresentadas no presente. Denota-se, então, a imensa importância relacional entre *memória* e *história* para que novas compreensões do passado possam vir à tona, numa perspectiva similar à descrita por Hannah Arendt que considera que preservar o passado sem o auxílio da tradição passa a ser o desafio de toda uma civilização ocidental que terá agora que ler o passado por si mesma. É neste hiato, neste lapso de memória, instaurado num tempo limiar, que a humanidade terá que se ver, sem mediador, com o seu passado. Pode fundar-se aí um princípio que Arendt, na falta de definição melhor, designa de “momento da verdade”:

Seria, pois, de certa importância observar que o apelo ao pensamento surgiu no estranho período intermediário que por vezes se insere no tempo histórico, quando não somente os historiadores futuros, mas também os atores e testemunhas, os vivos mesmos, tornam-se conscientes de um intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda. Na História, esses intervalos mais de uma vez mostraram poder conter o momento da verdade^{XV}.

Se, por um lado, aceitam-se como ‘fontes’ os depoimentos diretos dos sujeitos históricos implicados num determinado contexto, há de se reconhecer ainda as “subjektividades, as distorções e a falta de veracidade a eles imputada”^{XVI}.

Para o historiador Marcelo Badaró Mattos^{XVII}, as investigações do Tempo Presente nos auxiliam na compreensão de como os golpes de Estado se vinculam ao ‘caráter de classe’, como aconteceu no Brasil em 1964 e, porque não dizer, em 2016, embora com nuances diferenciadas. Já o sociólogo Michael Löwy^{XVIII} compreende que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve caráter pseudolegal, portanto, foi golpe! Em suas palavras, a prática do ‘golpe de Estado legal’ parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas, tal como ocorreu no Paraguai e em Honduras. O bloco parlamentar que destituiu Dilma Rousseff da presidência da República, formado por deputados ligados aos esquadrões da morte e às milícias privadas, aos latifundiários e criadores de gado e aos neopentecostais integristas de viés homofóbico e misógino, denota o quanto os interesses de classe são fortíssimos e perversos no Brasil^{XIX}. Não podemos esquecer que os grupos empresariais jornalísticos e o Poder Judiciário também tiveram participação ativa no golpe.

Deste modo, a disputa pela memória social na atual conjuntura, significa combater, epistemologicamente, uma pauta jornalística marcadamente de classe, onde o contraditório se esfumaça. Em outras palavras,

No discurso jornalístico, dada a especificidade da linguagem e a enorme gama de destinatários da informação, pode-se dizer que persuasão e o convencimento caminham juntos em grande parte das ocasiões, especialmente no gênero *editorial* [grifo no original]. Nesse caso, o discurso tanto pode ser falso como verdadeiro, pois, pela argumentação, convencimento e produção de sentido e ações, é muitas vezes elaborado em benefício próprio. Isso ocorre especialmente no discurso jornalístico empresarial, [...] ^{XX}.

A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS

O conhecimento histórico ao se configurar na experiência traz à baila uma série de percursos possíveis revelados pela memória (singular e coletiva). A memória plural “é a maior ferramenta do elo social, da identidade coletiva e individual”^{XXI}. Logo, “a fundação da história científica ocorreu como forma de contraposição ao espontaneísmo e à subjetividade da memória, distinguindo-se da ficção ou mesmo da memória, pelo recurso do documento”^{XXII}. Se a história é, ao mesmo tempo, conhecimento e narrativa, sua relevância adquire especial importância ao se insurgir, cientificamente, contra os falsificadores da memória, que ao manipularem o conhecimento do passado recente, pretendem deformar as memórias e inaugurar pseudos-argumentos.

A perspectiva da HTP, ao explorar as interconexões entre memória e história, procura romper com uma visão determinista da história, reequacionando “as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado”^{XXIII}.

Tal perspectiva é similar ao entendimento pioneiro de Walter Benjamin quando, nas famosas teses “Sobre o conceito de história”, publicadas já após sua morte, em 1940, critica dois tipos de historiografia: a “progressista”, que aposta na ideia de um progresso inevitável e cientificamente previsível (forma essa que desembocou no fascismo), e a “burguesa” (historicismo), que pretende reviver o passado através de uma identificação afetiva do historiador com seu objeto. Ambas veriam o tempo como homogêneo e vazio, cronológico e linear. Benjamin propõe então o historiador “materialista”, único capaz de explodir o *continuum* da história para carregar o passado de “agoras”, porque leva em conta os sofrimentos da humanidade e reconhece “uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido”^{XXIV}.

Martin-Barbero aproxima-se de Benjamin quando diferencia o que chama de “arcaico” do “residual”. Segundo ele, diferentemente do “arcaico” como um passado que só sobrevive enquanto passado, objeto de rememoração, o residual é o que, muito embora encontre-se no passado, sobrevive para além dele, faz parte do presente:

A diferença entre arcaico e residual representa a possibilidade de superar o historicismo sem anular a história, e uma dialética do passado-presente sem escapismos nem nostalgias. O emaranhamento de que está feito o residual, a trama nele do que pressiona por trás e o que refreia, do que trabalha pela dominação e o que, resistindo a ela, se articula secretamente com o emergente, nos proporciona a imagem metodológica mais aberta e precisa que temos até hoje. É um programa que não é só de investigação, mas de política cultural^{XXV}.

A História do Tempo Presente parece, no nosso entendimento, trazer essa “imagem metodológica mais aberta” de que fala Martin-Barbero. A HTP, por sua peculiaridade, teria como característica o confronto analítico de determinados fenômenos sociais com testemunhos vivos^{XXVI}. Ao tratar sobre as comissões da verdade do período da ditadura civil-militar, Carlos Fico vaticina que a transição democrática brasileira ainda não terminou. Isso fica evidente com as permanências históricas após o golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016. Para Fico^{XXVII}, “(...) Diferentemente da Argentina, o traço marcante sobre a ditadura militar brasileira não é o trauma pela violência, mas a frustração das esperanças”. Não por acaso, o deputado Jair Bolsonaro, pré-candidato à presidência da República no pleito de 2018, pode ficar totalmente à vontade em defender torturadores e uma racionalidade profascista sem maiores mediações ou problematizações dos grupos empresariais jornalísticos. A naturalização do golpe de 2016 veio associada a um acomodamento analítico destas empresas

A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS

jornalísticas, que deixaram de fazer jornalismo para se render a meros assessores de imprensa do governo federal. Sem a regularização da mídia isso se torna ainda mais grave.

Outro elemento de caráter metodológico que nos parece salutar é a interveniência da denominada História Imediata (HI) à História do Tempo Presente. Para Enrique Serra Padrós^{XXVIII}

[...]. O desenvolvimento da HI está vinculado ao intenso crescimento tecnológico, nos últimos anos, dos meios de comunicação e apresenta novos desafios aos historiadores diante da dinâmica colocada ao grande público, quais sejam: o imediatismo da veiculação das informações – simultaneamente à realização do evento –, a amplitude do seu alcance – direcionado à opinião pública mundial –, e uma relação, aparentemente paradoxal entre subinformação e superinformação (quantidade de informação em detrimento de sua qualidade), o que geralmente, resulta na construção de um conhecimento fragmentado, assistemático e que banaliza os elementos significativos para a sua compreensão.

Tais desafios teórico-metodológicos necessitam ser reconhecidos pelos historiadores, caso contrário, estarão reproduzindo a mesma razão cínica do discurso empresarial jornalístico^{XXIX}. Padrós^{XXX} é categórico: o historiador do Tempo Presente não deve se eximir do rigor metodológico. Continuam sendo primordiais as análises interna e externa dos documentos e dos depoimentos, assim como a “obrigatoriedade de o historiador cruzar as diversas fontes de que dispõe nas perspectivas de complementação, de comparação e de verificação”.

Embora seja uma expressão forte, o historiador Vidal-Naquet foi enfático ao alcunhar os revisionistas de “assassinos da memória”^{XXXI}. O que os grupos empresariais jornalísticos têm feito nesse país é algo semelhante, por isso o alerta:

[...], a sonegação da informação e da experiência assim como a imposição do esquecimento são mecanismos necessários para se consolidar o anestesiamiento geral e a *desresponsabilização* [grifo no original] histórica. Tais mecanismos contribuem para a implantação de uma memória *reciclada* [grifo no original] que interessa ao poder dominante e que, evidentemente, se afasta ainda mais do passado histórico real^{XXXII}

Não temos dúvida de que os desafios metodológicos da HTP são grandes, contudo, ser um/a historiador/a do Tempo Presente não prescinde reformular, em sua essência, o ofício do/a historiador/a. Afinal, o que mobiliza uma investigação de cunho histórico, a partir de métodos e fontes, não se difere do que já vem sendo realizado há décadas pelos historiadores^{XXXIII}. Certamente, a vigilância epistemológica é fundamental em tais estudos do Tempo Presente.

No que tange a uma imprensa efetivamente livre, desvinculada de interesses de classe, sabe-se que a informação não deveria ser tratada como mera mercadoria, mas como direito de todo e qualquer cidadão. Todavia, os grupos empresariais jornalísticos que, teoricamente, defendem a ‘liberdade de expressão’ se mostram refratários quando as suas atividades são fiscalizadas, via de regra, destoantes do interesse público. A hegemonia de um determinado fazer jornalístico nos termos de Karam^{XXXIV}, acaba por estabelecer a “durabilidade de um evento em detrimento do outro, contribuindo para que palavras como ‘comunidade’, ‘sociedade’, ‘humanidade’ e ‘responsabilidade social’ sejam meras abstrações sem nenhum compromisso efetivo e moral com a humanidade como gênero universal”. Os grupos empresariais jornalísticos, cinicamente, ao não

A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS

tratarem dos fenômenos sociais em suas causas essenciais, reproduzem e reforçam comportamentos e saídas individuais (a defesa do empreendedorismo está aí para comprovar). Assim, “os códigos éticos e a profissão jornalística [...] caminham em direção à ‘marquetização’ da realidade, a antessala do simulacro do real, a sala efetiva do *marketing* da comunicação, a nova retórica^{xxxv}”.

Como a mídia atua na disputa da memória social: o exemplo dos ataques à classe trabalhadora a partir da contrarreforma da Previdência

Se, conforme Fico (2012, p. 45), uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar, seria fecundo problematizar algumas ditas “verdades” que estão sendo propaladas à exaustão pela mídia hegemônica brasileira nos últimos tempos, sobretudo no que tange, por exemplo, a tão propalada “reforma” da Previdência.

Não por acaso, segundo Marieta de Moraes Ferreira (2000, p. 121), um dos temas mais discutidos na Europa no início do século XXI foi a construção da Comunidade Econômica Europeia e o Estado Providência. Se atinarmos para as questões que envolvem a contrarreforma da Previdência no Brasil, especificamente, há de se perceber o quanto os discursos jornalísticos empresariais prescindem, deliberadamente, de documentos e estudos comprobatórios sobre a necessidade real da contrarreforma. Em outras palavras, o combate efetivo à sonegação de impostos de várias empresas, incluindo as midiáticas, e a taxação sobre grandes fortunas (uma permanência histórica), seriam suficientes para tornar o país superavitário e não deficitário. Os estudos da economista Denise Lobato Gentil^{xxxvi} comprovam essa tese. Além disso, a auditoria da dívida pública^{xxxvii} seria fundamental num país que compromete, praticamente, 50% de seu PIB (Produto Interno Bruto) com amortizações de juros da dívida pública. Todavia, os grupos empresariais jornalísticos ignoram, olímpicamente, qualquer estudo contrário aos seus interesses de classe.

Basta um mergulho mais profundo em algumas das principais revistas do país para se compreender a extensão nefasta do fenômeno. A revista *Exame*, da Editora Abril, por exemplo, estampou na capa de sua edição de janeiro de 2017 a foto do lendário roqueiro Mick Jagger, vocalista da banda *The Rolling Stones*, em atitude confiante. Com o intuito de responder a pergunta sobre o que o famoso astro do rock e o trabalhador brasileiro teriam em comum, a revista deu algumas pistas: “Talvez não seja a fortuna, nem o rebolado, nem os oito filhos”. Para depois vaticinar: “Mas, assim como Mick Jagger, você terá de trabalhar velhice adentro”. Como se não bastasse tal comparação absurda, *Exame* acrescenta que, se o trabalhador se preparar para isso, “vai ser ótimo”. Afinal, “cada vez mais aposentados estão descobrindo que não é preciso viver na praia para ser feliz depois dos 65”.

A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS



FONTE: Reprodução/Exame/Facebook (2018)

Para fundamentar a tese de que a reforma seria imprescindível, a revista não só oculta o contraditório como busca semioticamente construir no imaginário social a ideia de que trabalhando sem parar podemos ser jovens para sempre tal qual a figura emblemática do roqueiro. Saímos do território do jornalismo para adentrar na propaganda.

Além de matérias pretensamente jornalísticas e que, no entanto, são editorializadas de acordo com os interesses da mídia empresarial, os brasileiros foram, literalmente, bombardeados em fevereiro de 2018 por uma enxurrada de contrainformação, paga pelo governo federal e, portanto, financiada com o dinheiro do próprio trabalhador que, por ironia, seria o maior prejudicado. Trata-se do episódio em que três das quatro principais revistas semanais brasileiras (*Veja*, *Época* e *IstoÉ*) trouxeram na mesma semana propaganda do governo federal em defesa da reforma da Previdência. *IstoÉ Dinheiro* também foi às bancas com a capa publicitária. O anúncio traz a imagem de um menino com a feição triste e o queixo encostado nos braços. O slogan abusa de chantagem emocional ao preconizar: "Reforma da Previdência hoje para ele se aposentar amanhã".

Tratava-se da última cartada do governo para tentar emplacar uma reforma rejeitada por quase 100% dos brasileiros e que seria abortada alguns dias depois. Tais inserções, especialmente na TV aberta, foram frequentes, desde meados de 2017, sempre com mensagens a favor da reforma e com o apoio massivo dos empresários da mídia conservadora. Tanto que se chegou a especular que o governo não teria efetuado pagamento pelos anúncios nas chamadas “capas-falsas”, tendo sido uma iniciativa editorial das próprias revistas.^{XXXVIII}

Embora o anúncio traga a logomarca do governo e avise de que se trata de uma sobre capa publicitária, a intenção é fazer crer que estamos diante de uma capa comum e periódica da revista, sujeita, portanto, aos critérios supostamente éticos e deontológicos de um jornalismo isento, que conferiria à informação veiculada credibilidade, utilidade pública e compromisso com a verdade. Algo que, na intenção dos proprietários de tais veículos, poderia figurar incólume, sem sombra de dúvida, nas prateleiras do historiador

A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS

desatento que não analisa nas malhas do presente o que os periódicos vão deixando difusamente para o futuro.

Considerações Finais

Se de fato seria virtude do bom jornalismo ser o arauto da “verdade”, lançando mão de alguns atributos, como atualidade, liberdade, credibilidade, objetividade, ineditismo, identificação social e identificação humana, entre outros, pode-se dizer que nem sempre tais adjetivos estão a serviço da imparcialidade. Assim, a produção midiática contemporânea incorre muitas vezes em uma prática nefasta a partir de angulagens tendenciosas e/ou oportunistas, ao sabor de interesses empresariais ou político-partidários. O que poderia ser uma fonte fidedigna para a compreensão do presente, converte-se na encenação de uma pseudo-história, cuja recepção por uma audiência muitas vezes distraída acaba sendo tomada por verdade.

Caberia ao historiador atento desvelar tais discursos cínicos para fundar uma “outra história”, que leve em conta as vozes caladas ou obscurecidas por técnicas jornalísticas legítimas (como impessoalidade, imparcialidade, objetividade, precisão e efeito de realidade), porém mal empregadas, antes que figurem para sempre como a história oficial dos vencedores. Caberia ao pesquisador da História do Tempo Presente, munido da ideia benjaminiana de “escovar a história a contrapelo”, trazer à tona as intenções por trás dos discursos e das narrativas veiculadas nos grandes veículos de comunicação para que eles não se perpetuem como documentos legítimos na história que será escrita depois. É no presente, enquanto a história está viva e se representando, que se pode reivindicar não a verdade histórica absoluta, mas uma multiplicidade de interpretações da verdade. “De fato, a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, ‘não terminou’. Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir^{XXXIX}.

Estar envolto, sujeito e objeto, na mesma temporalidade histórica também não é para Chartier nenhum inconveniente:

[...] o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história^{XL}.

Nessa imersão do pesquisador com seu período histórico e os estudos sobre a mídia ou sobre os grupos empresariais jornalísticos, o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn^{XLI} alerta que investigar o discurso midiático é extremamente necessário para o conhecimento aprofundado das dinâmicas históricas do tempo presente, além de se problematizar representações e memórias em disputa sobre a sociedade brasileira; assim, não se pode escapar aos historiadores aquilo que os aparatos editoriais e midiáticos veiculam em larga escala.

À luz dessas intervenções possíveis, pretendeu-se aqui ainda que preliminarmente, pelo menos em um caso concreto e urgente (a contrarreforma da Previdência), problematizar algumas matérias jornalísticas que, muito embora estejam

A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS

corretas do ponto de vista das técnicas jornalísticas fundantes, fomentam uma ideia equivocada dos fenômenos. Elas revelam uma verdade sobre os tempos não pelo que veiculam, mas precisamente pelo que escondem.

Notas

^I Bacharel licenciado em história e doutor em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (ufsc). Professor no departamento de estudos especializados em educação do centro de ciências da educação da ufsc (eed/ced/ufsc) e no programa de pós-graduação do ced (ppge/ced/ufsc).

^{II} Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado e Doutorado em Literatura pela UFSC. Realizou Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. Atualmente é Pós-Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, onde integra o Grupo de Pesquisa objETHOS– Observatório da Ética Jornalística e o Grupo de Pesquisa GIRAFÁ – Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio.

^{III} LOPES, 2016, p. 120

^{IV} Autor 2, 2018.

^V KARAM, 2004, p. 106-107.

^{VI} 2016, p. 20.

^{VII} Para Chagastelles e Lacerda (2013, p. 10), segundo Henry Rousso, “a denominação História do Tempo Presente, está associada à criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) entre 1978 e 1980 e tinha por objetivo trabalhar sobre o passado próximo e sobre a História Contemporânea no sentido etimológico do termo, ou seja, uma História na qual o historiador investigue um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua”.

^{VIII} Autor 1, 2018.

^{IX} A expressão *contrarreforma* utilizada aqui é entendida a partir dos estudos de Antonio Gramsci. Segundo Carlos Nelson Coutinho, “(...) Gramsci caracteriza a contra-reforma [sic] como uma pura e simples ‘restauração’, diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em uma ‘revolução-restauração’. Apesar disso, porém, ele admite que, até mesmo neste caso tem lugar uma ‘combinação entre o velho e o novo’. Podemos supor assim que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contra-reforma [sic] reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem restaurações, mas que ‘acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo’, como diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado (COUTINHO, 2012, p. 121).

^X BANCO MUNDIAL, 2017.

^{XI} KARAM, 2004, p. 37-47.

^{XII} Em nosso país, a regularização da mídia é um desafio a ser transposto, pois mexe, evidentemente, com interesses de classe. Segundo os jornalistas Pedro Ekman e Bia Barbosa da Revista *Carta Capital*, “(...) a comunicação eletrônica precisa (...) de regras econômicas para o seu funcionamento, de modo a coibir a formação de oligopólios ou de um monopólio num setor estratégico para qualquer nação”. Para eles, os efeitos da não regulamentação constitucional ficam evidentes nos artigos 220, 221 e 223, que regulam o monopólio ou oligopólio na comunicação social eletrônica. Exemplos de algumas distorções: 98% de toda produção de TV no país é feita no eixo Rio-São Paulo pelas próprias emissoras de radiodifusão, e não por produtoras independentes; a imensa maioria do espectro de radiodifusão é ocupada por canais privados com fins lucrativos; 5.000 rádios comunitárias autorizadas no país são proibidas de operar com potência superior a 25 watts, enquanto uma única rádio comercial privada chega a operar em potências superiores a 400.000 watts; deputados e senadores não podem ser donos de concessionárias de serviço público, mas a família Sarney, os senadores Fernando Collor, Agripino Maia e Edson Lobão Filho, entre outros parlamentares, controlam inúmeros canais em seus estados. Sem uma lei que regulamente tais distorções, “o poder político segue promiscuamente ligado ao poder midiático” (ERKMAN; BARBOSA, 2018).

^{XIII} KARAM, 2004, p. 88.

^{XIV} GRACIA, 2016, p. 27.

^{XV} ARENDT, 1992, p. 35-36.

^{XVI} FERREIRA, 2000, p. 119.

^{XVII} MATTOS, 2008.

^{XVIII} LÖWY, 2018.

**A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS
EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS**

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS

- ^{XIX} LÖWY, 2018.
- ^{XX} KARAM, 2004, p. 106.
- ^{XXI} CHAGASTELLES; LACERDA, 2013, p. 3.
- ^{XXII} CHAGASTELLES; LACERDA, 2013, p. 4.
- ^{XXIII} FERREIRA, 2000, p. 118.
- ^{XXIV} BENJAMIN, 1994, p. 224.
- ^{XXV} MARTIN-BARBERO, 1997, p. 111.
- ^{XXVI} FICO, 2012, p. 44.
- ^{XXVII} FICO, 2012, p. 51
- ^{XXVIII} PADRÓS, 2004, p. 121.
- ^{XXIX} KARAM, 2004.
- ^{XXX} PADRÓS, 2004, p. 207
- ^{XXXI} PADRÓS, 2004, p. 215.
- ^{XXXII} PADRÓS, 2004, p. 216.
- ^{XXXIII} SANTOS, 2009.
- ^{XXXIV} KARAM, 2004, p. 132
- ^{XXXV} KARAM, 2004, p. 130.
- ^{XXXVI} Trata-se da Tese de Doutorado de Denise Lobato Gentil, intitulada “A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005”, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (cf. GENTIL, 2006).
- ^{XXXVII} Sobre o tema, acesse o sítio eletrônico sobre a Auditoria Cidadã da dívida (<https://auditoriacidada.org.br/>).
- ^{XXXVIII} Segundo o jornalista Alessandro Ribeiro em artigo do site *The Intercept Brasil* do dia 20 de março de 2018 (disponível em: <https://theintercept.com/2018/03/20/reforma-previdencia-globo-levou-milhoes-temer-publicidade/>), os gastos do governo com a publicidade da reforma da Previdência atingiram R\$ 110 milhões antes de o projeto ser abortado. O Grupo Globo, do qual a revista *Época* faz parte, foi o que mais ganhou: R\$ 38,6 milhões, ou um terço do total. Só há, porém, nos registros oficiais do governo, dois pagamentos voltados para a *Época*, de R\$ 157 mil cada, um na segunda e outro na terceira fase da campanha. No total, houve quatro fases de propaganda da reforma, que naufragou em fevereiro.
- ^{XXXIX} FICO, 2012, p. 45.
- ^{XL} CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Lisboa, Bertrand Brasil, 1993.
- ^{XLI} LOHN, 2016, P. 59-61.

Referências:

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. Coleção Debates, n. 64.
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil, v. 1, nov. 2017.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAGASTELLES, Gianne; LACERDA, Gislene. História oral, memória e história do tempo presente: debate conceitual e de sentidos. **X Encontro Regional Sudeste de História oral** (anais), Campinas, set. 2013.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre Práticas e Representações. Lisboa, Bertrand Brasil, 1993.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Novos rumos**, Marília, v. 49, n.1, p. 117-126, jan./jun. 2012. Autor 1, 2018.

A MEMÓRIA SOCIAL EM DISPUTA: OS DISCURSOS EMPRESARIAIS JORNALÍSTICOS
EM TEMPOS DE CONTRARREFORMAS

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS E JEANA LAURA DA CUNHA SANTOS

-
- ERKMAN, Pedro; BARBOSA, Bia. **Regulação da mídia não é censura**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/regulacao-da-midia-nao-e-censura-2340.html>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis/RJ, v. 94, n. 3, p. 111-124, mai./jun. 2000.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.
- GENTIL, Denise Lobato. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005**. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GRACIA, Gerardo Necochea. Historia del presente, historia oral y memoria de la izquierda en Mexico. In: GONÇALVES, Janice. **História do Tempo Presente: oralidade, memória, mídia**. Casa Aberta: Itajaí/SC, 2016, p. 17-28.
- KARAM, Francisco José. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. In: GONÇALVES, Janice. **História do Tempo Presente: oralidade, memória, mídia**. Casa Aberta: Itajaí/SC, 2016, p. 59-76.
- LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 119-126.
- LÖWY, Michael. O golpe de Estado de 2016 no Brasil. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-de-Estado-de-2016-no-Brasil/4/36139>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 245-263, já./jun. 2008.
- O QUE VOCÊ E ELE TÊM EM COMUM. **Revista Exame**, São Paulo/SP, n. 1129, jan. 2017.
- RIBEIRO, Alexsandro. **Reforma da Previdência: Globo levou 1/3 dos milhões que Temer queimou em publicidade**. Temos a lista. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/03/20/reforma-previdencia-globo-levou-milhoes-temer-publicidade/>. Acesso em: 08 jul. 2018.
- SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Atualidade da História do Tempo Presente. **Revista Historiar**, n.1, p. 7-13, 2009.
- Autor 2, 2018.